

LAERTE RAMOS DE CARVALHO: O DISCURSO E A PRÁTICA.

Nelson PILETTI (*)

RESUMO: *Dando continuidade aos dois artigos anteriores, que versaram sobre os estudos histórico-filosóficos e a concepção de educação do primeiro diretor da Faculdade de Educação da USP, Laerte Ramos de Carvalho, este trata de sua atuação como reitor da Universidade de Brasília, como membro do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, e como administrador e professor no Centro Regional de Pesquisas Educacionais Prof. Queiroz Filho e na própria FEUSP. Atuação que, tanto pelas polêmicas que provocou quanto pelo período crítico em que ocorreu, merece um estudo mais acurado, do qual este pode ser o primeiro passo, na medida em que, pelas limitações de espaço e de tempo reproduz, mais do que discute criticamente, documentos e depoimentos das partes envolvidas.*

PALAVRAS-CHAVE: *História da Educação - Brasil. Educador - Laerte Ramos de Carvalho. Atuação administrativa. Presença educativa.*

1. NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Quando, por indicação de Carlos Pasquale, Diretor Geral do INEP, segundo alguns, ou de Zeferino Vaz, reitor demissionário, segundo outros, e a convite do governo militar, Laerte Ramos de Carvalho assumiu a Reitoria da Universidade de Brasília, esta já estava mergulhada na mais profunda crise. Os fatos parecem ainda muito recentes - a maior parte dos envolvidos continuam exercendo suas atividades na vida educacional e política do país - para que se possa escrever a história completa, tão objetiva quanto possível, dos acontecimentos que abalaram a jovem Universidade. Mais do que isso, o objetivo deste estudo não é o aprofundamento e a análise exaustiva das posições em

(*) Professor Associado do Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

conflito, mas apenas, na atuação do Reitor, destacar aqueles elementos que se configuraram mais importantes no desenrolar da crise. Para que a compreensão dos fatos seja mais abrangente, e ao mesmo tempo mais fiel ao que realmente aconteceu, esses elementos são apresentados através da reprodução de documentos das partes envolvidas, a fim de que o leitor possa tirar por si mesmo suas conclusões. É importante notar, ainda, que os fatos aqui mencionados restringem-se praticamente ao primeiro mês da gestão do novo reitor, tanto por serem escassas as informações sobre sua atuação posterior, naturalmente prejudicada pelos acontecimentos iniciais, quanto por serem estes que despertaram maior interesse.

Ao assumir o cargo, em 8 de setembro de 1965, Laerte Ramos de Carvalho tinha plena consciência do desafio a enfrentar e o firme propósito de contribuir, na medida de suas possibilidades, para a superação da crise e para a consolidação da Universidade de Brasília. Algumas passagens de seu discurso são bastante incisivas a este respeito: "(...) dias inquietantes vividos em Brasília, no 'campus' desta universidade, agitada por emoções e inquietações, muitas sem nenhuma razão de ser, fizeram com que eu procurasse outro caminho para este pronunciamento. O meu discurso seria um ensaio acadêmico (...) O que agora se impõe é a afirmação clara de uma posição pessoal sobre alguns pressupostos que servem de pretexto para a intranquilidade em que se encontram os estudantes, os professores e os funcionários de uma das mais jovens universidades brasileiras. Quero que as minhas palavras valham como um ato de confiança e um ato de fé. Quero que elas valham sobretudo como testemunho de meu empenho e da minha disposição de servir, sem artificiosos subterfúgios, a esta universidade. (...) Proponho-me, como reitor da Universidade de Brasília, a trabalhar pelo estabelecimento de condições capazes de devolver a indispensável tranqüilidade de que tanto necessita esta comunidade universitária. Proponho a esforçar-me, com o máximo de minhas energias, para consolidar a obra por outros iniciada. Proponho-me a colocar em execução os órgãos normativos que deverão disciplinar a vida universitária no seu conjunto e nos

seus anseios, de modo que estes órgãos dividam juntamente com a reitoria a responsabilidade pela condução da Universidade de Brasília. Proponho-me ainda a completar esse trabalho, fazendo com que esta universidade possa colaborar com as universidades irmãs do Brasil na obra que deve ser a todos comum, do progresso da cultura nacional".⁽¹⁾

A. L. Machado Neto era, na época, Coordenador do Instituto Central de Ciências Humanas. Vejamos algumas passagens do seu relato:

"A fundação da Universidade de Brasília ocorreu através da Lei nº 3.998 de 15 de dezembro de 1961. De acordo com o projeto original, os Institutos Centrais - porta de acesso à Universidade - entrariam em funcionamento somente em 1964. (...) Mas atendendo a uma solicitação governamental, que entendia ser urgente a existência de ensino superior na nova capital, a UNB antecipou suas atividades em dois anos, iniciando-as a 21 de abril de 1962, segundo aniversário de Brasília. (...)

A fase de implantação da Universidade alcançava seu momento culminante (...) quando a UNB, assim como o resto do país, foram sacudidos pelo movimento militar de 1º de abril de 1964. A 9 de abril, o 'campus' universitário foi invadido por efetivos da Polícia Militar de Minas Gerais e por tropas do Exército (...) Com a invasão e ocupação militar do campus universitário, produziu-se a renúncia do reitor Anísio Teixeira (...) Foi nomeado para o cargo Zeferino Vaz (...).

O 'avant-première' da crise definitiva ocorreu no primeiro semestre de 1965. (...) Quando o reitor Zeferino Vaz decidiu contratar o professor Ernani Maria Fiori, afastado da Universidade do Rio Grande do Sul pela Revolução, sofreu muitas e fortes pressões para que exonerasse imediatamente o professor gaúcho, o que acabou fazendo (...) Diante das pressões, Zeferi-

(1) "Assumiu o novo reitor da Universidade de Brasília". O Estado de S. Paulo. 9/9/65. A opinião de que a influência decisiva na escolha do novo reitor teria sido a de Carlos Pasquale é de Roque Spencer Maciel de Barros. (Depoimento prestado ao autor).

no Vaz renunciou e indicou como sucessor o professor Laerte Ramos de Carvalho (...).

Grande número de professores da UNB e parte considerável de seus técnicos e dirigentes eram funcionários do Ministério da Educação e Cultura, colocados à disposição da nova Universidade e contratados por ela conforme a legislação trabalhista. Portanto, o Ministério poderia exigir a reintegração de seus funcionários quando o ministro o desejasse. Esse parece ter sido o caminho escolhido para desmontar a UNB sem provocar os efeitos indesejáveis que causaria uma demissão em massa de professores e funcionários técnicos.

O primeiro funcionário chamado a reintegrar-se ao ministério foi a senhora Edna Soter de Oliveira, que ocupava um posto chave na organização da UNB. (...) Em seguida foi chamado o professor Roberto Décio de Las Casas (...).²

Embora o processo de reintegração do professor Roberto Décio de Las Casas ao Ministério da Educação e Cultura tivesse sido iniciado ainda durante a gestão de Zeferino Vaz, foi no início do mandato de Laerte Ramos de Carvalho que se consumou seu desligamento da UNB. E este fato foi o estopim da crise.

Em ofício encaminhado ao Reitor, em 30 de setembro de 1965, os coordenadores dos Institutos Centrais da UNB analisam a situação e renunciavam a seus cargos:

“Magnífico Reitor:

Os Coordenadores da Universidade de Brasília dirigem-se a Vossa Magnificência para relatar os esforços que têm realizado desde os primeiros meses deste ano, a fim de assegurar a

(2) Tradução livre de passagens do texto de A. L. Machado Neto - “El derrumbe de la Universidad de Brasilia” - publicado como apêndice em RIBEIRO, Darcy. *La universidad latinoamericana*. Montevideo: Universidade de la República, 1968, p.263-80.

sobrevivência desta Universidade e expor as razões por que, no final da reunião que acabam de ter com Vossa Magnificência, solicitaram demissão das funções de coordenação que até agora têm exercido:

Já no mês de maio exprimiram por várias vezes, ao então Reitor, Professor Zeferino Vaz, sua profunda preocupação pela situação atual e futura da Universidade de Brasília, com sua autonomia ameaçada por tentativas de interferência externa, tendo, afinal, registrado essa preocupação na carta enviada ao Reitor no dia primeiro de junho.

Daquela data para cá só se tem agravado a situação da Universidade: o que então eram rumores de possível ingerência externa resultou em fatos concretos, tendo gerado um clima de intranqüilidade incompatível com o trabalho universitário. Esse clima de desassossego tem-se acentuado, porque se vai tornando evidente para professores, instrutores e alunos que há, em importantes setores do poder público, total incompreensão pelo que se quer fazer na Universidade de Brasília.

Em meio a essa situação, mantiveram os Coordenadores posição conscientemente moderadora, procurando, por um lado, evitar que na Universidade se exacerbassem os ânimos e fossem adotadas ações coletivas de protesto que dificultariam ainda mais a vida da instituição; e, por outro lado, empenhando-se junto às autoridades governamentais por uma atitude de compreensão pelo trabalho universitário da UNB e pela busca de soluções legais para os problemas das relações entre esta e o Governo.

Não obstante promessas feitas tanto ao Reitor quanto aos Coordenadores, assim como aos estudantes, não tem tido a Universidade as condições mínimas de trabalho universitário responsável - faltam-lhe salas de aula, laboratórios, equipamento, alojamento para professores e estudantes, mal havendo as verbas estritamente necessárias para a cobertura da folha de pagamento.

Em contraste com a atitude moderadora dos Coordenadores, que tem visado a estabelecer na Universidade um clima de tranqüilidade e trabalho intenso, algumas autoridades civis e militares continuam a dizer que há na Universidade professores que, no entender das mesmas, nela não devem continuar.

A fim de superar a situação de crise aguda em que entrava há um mês a Universidade, com greve declarada dos estudantes e dos instrutores, dirigiram os Coordenadores ao Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília, através do então Reitor, Professor Zeferino Vaz, a carta anexa, da qual foi enviada cópia a Vossa Magnificência. Nesse documento, dando expressão à decisão unânime da assembléia geral dos professores, solicitava-se, para restabelecer o clima de confiança e tranqüilidade imprescindível aos trabalhos universitários, a sustação de quaisquer processos de dispensa de professores até que se instalassem os órgãos universitários previstos no Estatuto, ao mesmo tempo em que se pedia que esses órgãos fossem instalados com a maior brevidade possível.

Havendo o Conselho Diretor tomado conhecimento daquela carta e deferido ao Reitor a atribuição de providenciar o atendimento da mesma, e tendo Vossa Magnificência, em seu primeiro encontro com os Coordenadores, assegurado seu propósito de satisfazer às reivindicações nela contidas, deram os professores da Universidade, em assembléia geral de 2 de setembro, voto de confiança a Vossa Magnificência, ratificado em documento escrito e assinado, que acabamos de depositar em suas mãos.

Já há cerca de um mês se retomava, com isso, o ritmo normal de trabalho docente, quando, há dois dias, soube-se da exclusão, da folha de pagamento, do nome de um professor da Universidade, que é também funcionário do Ministério da Educação e Cultura. Tal fato poderia ser considerado normal, desde que aquele professor foi chamado de volta à repartição de origem. O grave, entretanto, é que o professor em causa desde há vários meses vem sendo citado por autoridades extra-uni-

versitárias como uma das pessoas que não deveriam aqui permanecer, e a retirada de seu nome da folha de pagamento não pode deixar de ser considerada como tentativa de excluí-lo da Universidade.

Persistem pois as evidências de que as ingerências externas tendem a continuar. E, na reunião de agora, disse Vossa Magnificência que é necessário erradicar as causas de intranquilidade, o que, na situação atual, é interpretado pelos Coordenadores como atribuir legitimidade às interferências externas. Estas, desde a gestão de seu antecessor, comprometem a autonomia do trabalho intelectual dos professores, sempre realizado dentro do mais rigoroso acatamento às leis do país, ao estatuto e às normas de funcionamento da Universidade de Brasília.

Manifestou, mais, Vossa Magnificência mesmo sua convicção de que, sob sua gestão ou sob a de quem quer que venha a exercer o cargo de Reitor, nas atuais circunstâncias, a tranquilidade não voltará, de maneira alguma, à vida e às atividades universitárias.

Vossa Magnificência, lamentavelmente, interpretou como pressão as gestões que os Coordenadores, no exercício de suas funções, fizeram na reunião de hoje, ao lhe solicitarem, pura e simplesmente, o atendimento do item h do documento enviado ao Conselho Diretor, pelo qual se comprometera Vossa Magnificência, através dos Coordenadores, com toda a Universidade.

Acham-se, assim, os Coordenadores incompatibilizados para as funções de representar a Reitoria perante os corpos docente e discente da Universidade, pois se consideram impossibilitados de cumprir o seu dever de defensores da autonomia universitária, condição inseparável da dignidade intelectual de professores e estudantes.

Devem acrescentar que permanecem respondendo pelo expediente de seus cargos respectivos, apenas no cumprimento do dever de assegurar a continuidade existencial da Universi-

dade, pela qual estão dispostos, como sempre, a todos os sacrifícios, menos aos que importam na quebra dos padrões intelectuais, éticos e legais que constituem sua razão de ser".⁽³⁾

Confirmado o afastamento do Professor Roberto de Las Casas, à renúncia dos Coordenadores somou-se a greve de professores, instrutores e alunos. Como resposta, Laerte Ramos de Carvalho suspendeu as atividades dos cursos da Universidade. Suas explicações para a situação foram dadas em declarações à imprensa:

"Os fatos mais recentes que teriam motivado a greve declarada por professores, instrutores e estudantes desta Universidade são os seguintes:

O Professor Roberto Décio de Las Casas, ocupante do cargo público de Assistente de Educação do Ministério da Educação e Cultura, foi posto à disposição desta Universidade, a seu pedido, a fim de exercer as funções de Assistente junto ao Setor de Sociologia do Instituto Central de Ciências Humanas, onde era responsável pela disciplina Introdução à Sociologia.

Pelo Aviso nº 965, de 7 de julho do corrente ano, o Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura solicitou a esta Universidade o retorno do Professor ao exercício de suas funções normais naquele Ministério.

O atendimento desta solicitação era imperativo, porquanto a cessão de servidores públicos a esta Universidade, para exercerem funções docentes, técnicas ou administrativas, é suscetível de atendimento a critério exclusivo do Poder Público, ao qual é irrecusável a prerrogativa de determinar, quando considera oportuno e conveniente, o retorno do funcionário às funções normais de seu cargo.

(3) Cópia do original, cedida por Maria de Lourdes Chagas de Carvalho, viúva de Laerte Ramos de Carvalho.

Meu antecessor, Professor Zeferino Vaz, visando ao atendimento da solicitação ministerial, assinou o Ofício nº 494, de 25 de agosto do corrente ano, mediante o qual reapresentava o Professor Décio de Las Casas ao Ministério da Educação e Cultura. Entretanto, este expediente ficou em suspenso, naquela oportunidade sob a responsabilidade da própria Reitoria, que anuiu em protelar, enquanto ainda possível, a permanência do Professor Décio de Las Casas nesta Universidade.

Quando assumi a Reitoria desta Universidade, recebi do Professor Machado Neto, Coordenador do Instituto Central de Ciências Humanas, o Memorando nº 351, de 12 de agosto do corrente ano, protocolizado na Reitoria em 9 de setembro sob o nº OL453, em que me transmitia o apelo de professores daquele Instituto no sentido de que o Professor Roberto de Las Casas permanecesse em exercício nesta Unidade.

Transmiti esse memorando à apreciação do Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura, com o Ofício nº 548, de 14 de setembro do corrente ano.

Em resposta ao ofício acima indicado, o Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura através do Aviso nº1683, de 29 de setembro do corrente ano reiterou a necessidade do retorno do funcionário em causa ao exercício das funções do seu cargo no Ministério da Educação e Cultura. Não tive outra alternativa senão a de determinar sua imediata apresentação ao titular daquele Ministério, o que fiz mediante o Ofício nº 558, havendo tido, ainda, a atenção de comunicar esse procedimento ao Senhor Coordenador do Instituto Central de Ciências Humanas, pelo Ofício nº 557, e ao próprio Professor Roberto de Las Casas pelo Ofício nº 556, todos de 8 de outubro do corrente.

Embora, já então, os Senhores Coordenadores me houvessem apresentado pedido coletivo de dispensa de suas funções, convoquei-os ao meu gabinete, no mesmo dia 8, a fim de dar-lhes ciência de meu procedimento quanto ao retorno ao Ministério da Educação e Cultura do Professor Roberto de Las Casas.

Nessa oportunidade, reiterei-lhes que não me seria possível deixar de cumprir a decisão ministerial relativa a um funcionário federal pôsto à disposição desta Fundação com a qual não mantinha qualquer relação contratual empregatícia.

Consultado sobre a possibilidade de autorizar a contratação por esta Fundação do Professor Roberto de Las Casas, que se disporia a exonerar-se de seu cargo público, respondi que, embora nenhuma proposta houvesse recebido em tal sentido do Instituto Central de Ciências Humanas, poderia antecipar que, na hipótese de vir a receber expediente nesse sentido, o submeteria à apreciação do Conselho Diretor, embora pessoalmente fosse contrário a sua manutenção nesta Fundação. ⁽⁴⁾

Aproveitei a oportunidade para dar conhecimento aos Senhores Coordenadores de que submeteria seu pedido de dispensa à apreciação do Conselho Diretor, verificando, assim, entendido que deveriam eles, até então, manter-se em seus postos.

(4) A respeito deste assunto Laerte Ramos de Carvalho deu a seguinte explicação, em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal: "Informei que não admitiria o professor Las Casas na UNB, devido aos seus antecedentes e à deficiência do seu currículo. Não pelas suas idéias, porque a Universidade não teme idéias, mas pelos seus antecedentes. Julguei inconveniente admiti-lo. Começou, então, um processo de pressão para que o professor Las Casas fosse admitido. O reitor não teve outra opção senão a de resistir às pressões e enfrentar os tumultos e as greves. Foi apenas um episódio. Os males vêm do início. Sempre que se fala em revisão de currículo e de contratos, os professores reagem como se fossem estáveis e não como empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho". ("Reitor reafirma à CPI origens da crise". O Estado de S. Paulo, 23/10/65). O ministro da Educação e Cultura, Suplicy de Lacerda, assim se manifestou: "Verificou-se que o professor Roberto de Las Casas é bacharel por uma Faculdade de Filosofia, mas não tem licenciatura nem mesmo para lecionar em colégios de curso secundário. Determinei, no uso de minhas atribuições, que o professor Las Casas se recolhesse ao MEC. Imediatamente os alunos protestaram e declararam-se em greve. Assim a origem da crise na Universidade de Brasília reside na apresentação ao Ministério da Educação do funcionário Roberto Las Casas, que não tem credenciais para ser professor e não tem qualquer vínculo empregatício com a Universidade de Brasília". (O Estado de S. Paulo, 23/10/65).

Não obstante os esclarecimentos que prestei aos senhores Coordenadores, fui surpreendido, no dia imediato, por uma declaração de greve, por vinte e quatro horas, de professores e instrutores, resolução essa da qual, aliás, teriam divergido alguns dos Senhores Coordenadores.

Simultaneamente, a FEUB, associação que nem sequer representa legalmente o corpo discente desta Universidade, dava a palavra de greve de solidariedade aos professores por parte do corpo discente desta Universidade, por tempo indeterminado.

Como é público e notório, vinha atuando nesta Universidade, com a participação, inclusive, de alguns professores, um ativo reduto da subversão, que a Revolução de 31 de março de 64 até agora não conseguiu dissolver. Aos remanescentes desse grupo cabe a responsabilidade do processo de sistemática agitação a que vem sendo submetida esta Universidade, onde se registraram, sob especiosos pretextos, de que constitui agora mais um exemplo o caso do Professor Roberto de Las Casas, sucessivas greves estudantis, na vigência da Lei 4.464/64, que as proíbe terminantemente.

Considerando a imperiosa necessidade da definitiva erradicação dessas lamentáveis manifestações de indisciplina e empedernidos propósitos de subversão, que comprometem o conceito, as atividades e o desenvolvimento desta Universidade, bem como que a declaração de greve nas atividades universitárias é vedada categoricamente pela Lei 4.464/64, a qual prescreve que incorre em falta grave o Reitor que, por atos, omissão ou tolerância permitir ou favorecer o não cumprimento de seus preceitos, resolvi, mediante a Resolução nº R/2, de 9 do corrente, no uso de minhas atribuições estatutárias de exercer o poder disciplinar e adotar, *ad referendum* do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília, as providências que se recomendam para a manutenção

da ordem e da disciplina, suspender as atividades dos cursos desta Universidade, até ulterior deliberação do Conselho Diretor. ⁽⁵⁾

Esse conselho, constituído por personalidades da mais alta categoria moral e intelectual de ilibada reputação, está sendo convocado extraordinariamente. À sua esclarecida deliberação submeterei todos os aspectos da crise ora manifestada nesta Universidade na convicção de que será resolvida em consonância com os supremos interesses do País". ⁽⁶⁾

O Conselho Diretor, em sua reunião extraordinária, resolveu:

"1. Aprovar todos os atos praticados pelo Magnífico Reitor;

2. Recomendar ao Magnífico Reitor que, dentro de suas atribuições, tome todas as medidas que, a seu juízo, considere necessárias para a reabertura dos cursos e a normalização da vida universitária;

3. Solicitar, nos termos da Lei, ao egrégio Conselho Federal de Educação a designação da Comissão de Sindicância para a investigação dos fatos relacionados com a presente conjuntura da vida da Universidade e sugerir as providências que julgar apropriadas". ⁽⁷⁾

(5) Sobre a suspensão das atividades a Reitoria divulgou o seguinte comunicado: "À vista das notícias publicadas por alguns órgãos da imprensa do País, segundo as quais o Reitor desta Universidade teria determinado o fechamento da Universidade de Brasília, esclarece esta Reitoria que o ato do Reitor foi de suspensão temporária das aulas até ulterior deliberação do Conselho Diretor, em virtude da greve declarada por professores, instrutores e estudantes, e visando, sobretudo, a impedir que a maioria dos alunos perdessem o ano por faltas. Brasília, 14 de outubro de 1965. Prof. LAERTE RAMOS DE CARVALHO." (*Correio Braziliense*, 16/10/65).

(6) Cópia cedida por Maria de Lourdes Chagas de Carvalho.

(7) Cópia cedida por Maria de Lourdes Chagas de Carvalho. Além do Reitor, faziam parte do Conselho Diretor, entre outros: Luiz Viana Filho, Chefe da Casa Civil; Oswaldo Trigueiro, Procurador Geral da República; Plínio Cantanhede, Prefeito do Distrito Federal; Zeferino Vaz, Catedrático da USP e Presidente da Comissão Organizadora da Unicamp.

Ao suspender as atividades da Universidade, o Reitor recomendou aos estudantes que não comparecessem ao 'campus' universitário e aos professores e instrutores que se abstivessem "de efetuar reuniões no 'campus' universitário, colaborando, assim, para a preservação da ordem e o desarmamento dos espíritos".⁽⁸⁾

Nem alunos nem professores seguiram as "recomendações" do Reitor. O 'campus' universitário vivia em permanente agitação. Chegou-se a espalhar e pendurar garrafas nas proximidades da Reitoria, em alusão ao fato de que o Reitor teria participado em estado de embriaguez da reunião com os Coordenadores, no dia 8 de outubro, versão à qual a imprensa deu ampla divulgação, principalmente no Rio de Janeiro.⁽⁹⁾

Diante da situação, o Reitor solicitou ao Departamento Federal de Segurança Pública que enviasse tropas policiais "para a manutenção da ordem e a preservação do patrimônio da Fundação Universidade de Brasília no 'campus' universitário". Com a invasão do 'campus' pela polícia militar, que certamente cometeu excessos, os ânimos ficaram ainda mais exaltados. Multiplicaram-se os protestos dentro e fora do Brasil. Surgiram

(8) "Comunicado do Reitor". Cópia cedida por Maria de Lourdes Chagas de Carvalho.

(9) A respeito de tais notícias, Laerte Ramos de Carvalho emitiu a seguinte nota: "Moralmente traumatizado pelas difamações veiculadas contra minha pessoa, através de malicioso e dirigido noticiário jornalístico, manifesto publicamente minha mais veemente indignação e repulsa pela tentativa de desmoralização da autoridade do Reitor da Universidade de Brasília em que estou investido, partida de uma facção inescrupulosa, empedernidamente empenhada em, através dos mais excusos, solertes e condenáveis processos, denegrir minha honra e minha reputação, com o evidente e único propósito de comprometer perante a opinião pública os alicerces morais das medidas iniciais de minha gestão à frente desta Universidade, as quais tanto pânico têm causado aos interessados na manutenção do clima de tranqüilidade, desordem e subversão que conseguiram implantar paulatinamente nesta Universidade.

Visando obter, pelos meios legais a meu alcance, o desagravo de que, como homem de retilínea e austera formação moral, me considero credor, estou solicitando, com todo o empenho, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura que, através dos instrumentos mais idôneos e adequados, determine as sindicâncias e apurações indispensáveis ao pleno reconhecimento e a pública proclamação da verdade dos fatos, através daquele Ministério. Brasília, 12 de outubro de 1965." (Cópia cedida por Maria de Lourdes Chagas de Carvalho).

também as moções de solidariedade ao Reitor, principalmente por parte de outros reitores, de professores, de colegas e amigos. ⁽¹⁰⁾

(10) Entre as mensagens de solidariedade e apoio ao professor Laerte Ramos de Carvalho, destacam-se as de São Paulo; e entre estas a de mais de cem professores e funcionários do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, do qual o Reitor da UNB fora diretor; a de quarenta jornalistas do jornal "O Estado de S. Paulo"; a do Conselho Estadual de Educação; e a de colegas da FFCL da USP, que é a seguinte:

"Nós, os seus amigos do Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, profundamente sentidos diante das infâmias agora assacadas contra a sua pessoa, trazemos aqui o testemunho de nossa confiança no homem honrado que sabemos que é.

O senhor não ignora que alguns dos signatários desta carta divergem de suas concepções políticas e não acreditam em coisas nas quais o senhor crê. Mas nós o conhecemos, alguns como amigos, outros como subordinados. E damos prova, todos nós, de sua lisura moral e da correção com que se tem conduzido em todas as fases de sua vida. O senhor, que é agora apontado como um atrabiliário administrador e como um reacionário, foi dos primeiros, e dos poucos, que em nossa Universidade souberam abrir mão de prerrogativas de cátedra e organizaram um Departamento na Faculdade de Filosofia da USP, em função dos princípios democráticos, que devem nortear todo o ensino, e do ideal de uma Universidade mais humana e mais decente, e muitos dos seus detratores de agora, e também dos que se calam diante das infâmias, e que não cessam de falar em autonomia universitária e em liberdade, são os primeiros a se recusarem, nos seus próprios setores, a admitir inovações e a contribuir para o aparecimento de condições mais democráticas de vida universitária. E quantos, se poder tivessem para tanto, não endossariam, desde que isto servisse a seus propósitos, a supressão da liberdade nas escolas e o emprego sistemático da violência ideológica.

Pergunte a eles, professor Laerte, quantos são capazes de aceitar em seus departamentos, como subordinados, auxiliares que deles divergem publicamente em matéria de pensamento, e de permitir, com autoridade para não fazê-lo, o livre debate e a plena autonomia de decisão nos assuntos científicos, pedagógicos e administrativos. Lembramo-nos também, professor, do empenho, que é toda a sua vida, em prol da democratização, em todos os sentidos, da educação brasileira e da dedicação e coragem com que se houve na luta pela escola pública, quando empolgavam o País os debates sobre o então projeto de diretrizes e bases da educação nacional.

Não temos informações mais precisas sobre as circunstâncias em que se desenvolve a atual crise da Universidade Nacional de Brasília e, na verdade, não é isto o que no momento nos interessa. Queremos levar ao senhor, entretanto, o tributo de nossa amizade e a certeza de que a calúnia de agora não atingirá o homem digno que o senhor é.

Dos seus amigos: Roque Spencer Maciel de Barros; Amélia Americano Domingues de Castro; Heládio César Gonçalves Antunha; João Eduardo Villalobos; Ruy Afonso da Costa Nunes; Maria de Lourdes Mariotto Toniolo; Anita Fávoro Martelli; José Augusto Dias; Roberto Moreira; Celso de Rui Beisiegel; José Mário Pires Azanha; e João Gualberto de Carvalho Menezes". ("Manifestação de professores e de entidades de São Paulo". *O Estado de S. Paulo*, 14/10/65).

No dia 18 de outubro o Reitor demitiu 15 professores. ⁽¹¹⁾ Em solidariedade a eles cerca de 200 entre os 283 professores da UNB pediram demissão coletiva. Diante do fato, o Reitor emitiu uma nota solicitando aos professores que fizessem o pedido individualmente:

“A Reitoria da Universidade de Brasília, preocupada em avaliar, quanto antes, as necessidades atinentes à recomposição do corpo docente desta Universidade, indispensável ao prosseguimento das atividades do atual semestre letivo, através do recrutamento de novos professores de alta qualificação em todo o país, comunica aos srs. professores que tenham subscrito pedidos coletivos de dispensa de suas funções, o seguinte:

1. Esta Reitoria aguardará, durante 24 horas, a manifestação individual de professores que tenham participado daquela iniciativa, sobre os seus propósitos definitivos quanto à sua permanência no quadro docente desta Universidade;

(11) No depoimento à CPI da Câmara, Laerte Ramos de Carvalho forneceu as razões da demissão de dois professores: “O reitor respondeu ao deputado que o professor Pompeu de Souza foi demitido ‘por inúmeros atos que gostaria de não revelar’ e pelas suas vinculações com alguns jornais. Disse que a maior parte das notícias tendenciosas publicadas na imprensa sobre a crise na UNB saíram do setor de jornalismo, dirigido pelo Sr. Pompeu de Souza. O professor Machado Neto foi demitido porque se recusou a afastar o sr. Las Casas”. (O Estado de S. Paulo, 23/10/65). Perguntado se a demissão dos professores não feria sua sensibilidade, o Reitor respondeu: “Muito. Mas acima dessa sensibilidade está a disciplina”. (Idem, ibidem). Já para o ministro Suplicy de Lacerda “o reitor aproveitou a oportunidade que não usamos desde o começo e dispensou 15 professores, que tal como o sr. Las Casas não tinham títulos de espécie alguma e que só estavam perturbando o trabalho. Os outros então pediram demissão coletiva”. (idem, ibidem). Segundo Roque Spencer Maciel de Barros, tanto ele quanto João E. Villalobos teriam insistido junto a Laerte Ramos de Carvalho para que ele não demitisse os professores, largasse tudo e voltasse para São Paulo, já que ele não tinha ido a Brasília para envolver-se em uma desgastante crise política, e sim para administrar uma universidade. Diferente era a posição de Zeferino Vaz, ex-reitor e membro do Conselho Diretor da UNB, que, insistentemente, defendia junto ao reitor a necessidade de demissão dos professores, para restabelecer a ordem e a disciplina. Laerte Ramos de Carvalho não tinha outra alternativa: ou demitia os professores ou não continuava reitor a Universidade de Brasília. Tendo analisado exaustivamente a crise, pois, a pedido do reitor chegou a preparar um “Livro Branco” da Universidade de Brasília, que acabou não sendo utilizado nem divulgado por Laerte Ramos de Carvalho, Roque S. M. de Barros concluiu que houve radicalismo de ambos os lados. (Depoimento prestado ao autor).

2. Após o término desse prazo, a Reitoria, apesar de seus elevados propósitos de iniciar imediatamente a consolidação da vida universitária, se verá na contingência de considerar, como couber, os pedidos de dispensa que subsistirem;

3. Mesmo em relação a professores que não manifestem expressamente o desejo de permanecer no quadro docente desta Universidade, a Reitoria se reserva a faculdade de convidá-los a retornarem a suas funções, porquanto está convicta de que em muitos casos, os pedidos de dispensa coletiva foram subscritos sob forte influência emocional, causada pelos últimos acontecimentos, cuja eclosão e consequência é a primeira a lamentar". (12)

Enquanto para Laerte Ramos de Carvalho tinha início naquele momento o processo de reconstrução da Universidade Nacional de Brasília, para outros, como o professor A. L. Machado Neto, o reitor seguiu "reinando sobre o cadáver do que foi a esperança mais positiva da reforma da Universidade brasileira". (13)

2. NO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Laerte Ramos de Carvalho fez parte do Conselho Estadual de Educação desde a sua formação por decreto do governador Ademar de Barros, em 26 de julho de 1963. Afastou-se de 1965 a 1967, período em que exerceu a reitoria da Universidade de Brasília. Nomeado novamente em 1967, permaneceu no Conselho até o fim de sua vida, em 7 de agosto de 1972.

Foi vice-presidente das Câmaras Reunidas do Ensino Primário e Médio (1963-65); presidente da Câmara de Planejamento (1967-1969); presidente da Câmara do Ensino Superior (1969-71); e vice-presidente do Conselho e membro da Câmara do Ensino de 3º grau a partir de 1971.

(12) "Crise recrudescer na UNB". *A Gazeta*. São Paulo: 20/10/65.

(13) MACHADO NETO, A. L. op. cit., p.279.

Em meio às atividades rotineiras do Conselho - reconhecimento de cursos e escolas, aprovação de professores, etc. - dois trabalhos de Laerte Ramos de Carvalho merecem ser destacados. O primeiro foi o Parecer nº 43/69 da Câmara de Planejamento, de que foi o relator, emitido a propósito dos novos Estatutos da Universidade de São Paulo e da Universidade de Campinas; o segundo foi a declaração de voto sobre o catálogo de matérias para a parte diversificada do currículo do ensino de 2º grau, que deveria ser apresentada na sessão do dia 7 de agosto de 1972, dia de sua morte.

No Parecer 43/69, aprovado na sessão de 23 de julho de 1969, Laerte Ramos de Carvalho apresenta uma análise minuciosa da história do ensino universitário no Brasil. No seu entender, que concorda com o de Valmir Chagas, "a luta pela universidade do Brasil (...) se traduz numa única preocupação: a de constituir uma Universidade que seja efetivamente integrada. Integração significa no plano administrativo a descentralização coordenada dos serviços burocráticos: a centralização das matrículas num centro universitário de registros discentes; a unificação pelo agrupamento ou reagrupamento de cadeiras e departamentos afins, "vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes"; a composição de currículos comuns seja na forma de uma integração horizontal como num ciclo básico de estudos, ou seja ainda na forma de uma integração vertical em que conjuntamente com os estudos profissionalizantes o estudante realize também cursos variados de disciplinas gerais sem nenhum endereço especializante. A integração é em suma a criação de condições para que a universidade se transforme numa unidade de aspirações comuns na busca incessante da verdade, que transcende os limites das preocupações de uma escola para se transformar na consubstanciação do próprio espírito universitário". (14)

(14) GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO.- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Acta. Ano 7, n.14, 1970, p.265-6.

É sob o prisma da idéia de integração que Laerte Ramos de Carvalho analisa a evolução do ensino universitário brasileiro. O início propriamente dito do processo de "estruturação, em moldes universitários, do ensino superior brasileiro" ocorreu com o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. A idéia de universidade, no entanto, remonta, segundo alguns autores, ao último quartel do século XVI.

A universidade do Rio de Janeiro, instituída pelo Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920, teve existência mais nominal do que real. Limitou-se a agrupar três escolas profissionais existentes - Escola Politécnica, Faculdade de Medicina e Faculdade de Direito. Mas as três continuaram com sua autonomia e sua vida própria: "Não houve, como se vê, preocupação de estabelecer uma estrutura universitária, com serviços de ensino e pesquisa comuns e integrados. O cuidado foi só o de agrupar escolas sob a direção de uma Reitoria e de um colegiado com reduzidíssimo poder deliberativo, pois as escolas continuavam com autonomia didática e administrativa".⁽¹⁵⁾ No modelo de 1920, portanto, não havia propriamente uma Universidade, pois nada havia que sequer se aproximasse da idéia de integração.

No modelo adotado em 1931 foram dados dois passos importantes no sentido da integração: o primeiro foi a criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, com o duplo objetivo de transcender os limites puramente profissionais, dando à universidade "o caráter propriamente universitário", abrangendo os "altos e autênticos valores da cultura", e de preparar os professores do magistério secundário; o segundo passo foi o estabelecimento do ensino universitário como regra geral: de acordo com o Decreto nº 19.851, "o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados..."

(15) GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Acta, Ano 7, n.14, 1970, p.236-7.

O modelo da Universidade de São Paulo, instituído em 1934, atinge o ponto mais alto em termos de integração universitária: "A integração universitária apresentou-se como a idéia de fazer da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, não apenas o centro de alta cultura e a escola destinada à formação do pessoal do magistério secundário, mas a base e a cúpula do organismo universitário".⁽¹⁶⁾ Em relação à Faculdade de Educação, Ciências e Letras do modelo de 1931, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP representou um avanço: esta não era profissionalizante, como a primeira, pois o preparo profissional dos professores do ensino médio era de responsabilidade do Instituto de Educação, que fora incorporado à USP. À Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras fora reservado o papel fundamental de integração universitária, de animar o espírito propriamente universitário.

O modelo da USP, entretanto, não chegou a concretizar-se. Inicialmente houve resistências à integração, principalmente por parte das escolas mais tradicionais, de modo especial a Politécnica. Em seguida, em 1938, "o Instituto de Educação foi fechado por decreto da Interventoria e os professores foram relotados no quadro docente da Faculdade de Filosofia. A nova ordem unitária e autoritária que se implantou no país transformou o regime de equiparação, tradicional no sistema educacional brasileiro e consagrado na legislação de 1931, no regime de padronização uniforme, de estilo napoleônico. O currículo da Faculdade de Filosofia e até os próprios exames vestibulares tiveram de obedecer às normas emanadas do Ministério da Educação. Perdeu-se assim, sob as pressões hostis do próprio ambiente universitário, reforçadas por uma legislação imposta de fora para dentro, heteronomicamente, a idéia de fazer-se da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras o núcleo fundamental, a *alma mater* da organização universitária nacional".⁽¹⁷⁾ Com o

(16) GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Acta, Ano 7, n.14, 1970, p.244.

(17) GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Acta, Ano 7, n.14, 1970, p.248-9.

fechamento do Instituto de Educação, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras passou a responsabilizar-se pela formação profissional dos professores (Decreto-lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939), com enormes prejuízos à sua função integradora. Foi o início do retrocesso.

Por ocasião da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961), observavam-se três tendências integradoras na situação universitária brasileira, conforme análise de Valnir Chagas: "A primeira era representada pelas necessidades decorrentes do planejamento das cidades universitárias: a unificação de serviços idênticos que se encontrassem dispersos pelas escolas existentes. A reunião das cadeiras de Química, distribuídas pelas diversas escolas e faculdades componentes da Universidade, é exemplo das possíveis vantagens de uma concentração no espaço, que elimina a duplicação desnecessária de laboratórios, equipamentos e biblioteca. A segunda tendência foi a que se concretizou na Universidade de Brasília, com os Institutos Centrais (...) destinados a servir de suporte aos estudos básicos, à complementação não profissionalizante e aos cursos de pós-graduação; e com as Faculdades, que seriam as escolas ou cursos de formação profissional. A terceira tendência seria representada pelo retorno à idéia original das Faculdades de Filosofia 'como base e cúpula da Universidade'". (18)

Mas a Lei de Diretrizes e Bases, se propiciou avanços significativos no âmbito do ensino primário e médio, em relação ao ensino superior consagrou "tudo o que se pretendia fosse modificado". "A universidade concebida como mera reunião de escolas (...), a fragmentação da unidade funcional do ensino-pesquisa e a oficialização de um tipo de colégio universitário nos moldes dos atuais "cursinhos" orientados para os exames vestibulares, tudo isto representou um imenso retrocesso na formulação adequada dos problemas mais urgentes da Universidade brasileira". (19)

(18) GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Acta, Ano 7, n.14, 1970, p.256-7.

(19) idem, p.257-8.

Se houve avanços em alguns aspectos - como a ampla definição do conceito de autonomia universitária e a forma de constituição jurídica da Universidade -, no que diz respeito propriamente ao espírito universitário, à idéia de integração, o retrocesso foi duplo: em primeiro lugar, o ensino universitário deixou de ser a regra geral, pois o ensino em institutos isolados, que era exceção, passou também a regra geral, conforme o artigo 67: "o ensino superior será ministrado em estabelecimentos *agrupados ou não em universidades*, com a cooperação de institutos de pesquisa e centros de treinamento profissional"; em segundo lugar, embora constasse da lei aprovada pelo Congresso, a exigência da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras para a organização de universidades foi vetada pelo Presidente da República. Daí a afirmação anterior de que se empobreceu a idéia de universidade que, a partir da Lei de Diretrizes e Bases, passou a ser concebida como simples reunião de escolas (Art. 79).

A integração volta a ser diretriz fundamental nas normas instituídas pelo Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, conforme seu artigo 1º: "As Universidades Federais organizar-se-ão com estruturas e métodos de funcionamento que preservem a unidade das suas funções de ensino-pesquisa e assegurem a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes".

Já a Comissão Especial instituída em outubro de 1966 para a reforma da Universidade de São Paulo, cujo relator foi Roque Spencer Maciel de Barros, sugere a organização do "campus" Universitário de São Paulo, da USP, em 17 Institutos integrados, extinguindo-se a Faculdade de Filosofia. Mas o anteprojeto dos Estatutos da USP, razão de ser do Parecer de Laerte Ramos de Carvalho, modificou a idéia da Comissão Especial. E a Universidade foi desarticulada: "A pluralidade de Institutos pareceu à Comissão Especial o caminho mais adequado para alcançar-se a integração universitária. Mas o simples confronto

entre o que foi idealizado no Memorial e o que se consubstanciou no ante-projeto de Estatuto demonstra sobejamente os riscos enormes que a individualização dos institutos pode representar. Convém ter sempre presente que a Comissão Especial pretendia, no fundo, organizar uma Universidade Integrada, no "campus" da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira". (...) O anteprojeto de Estatuto porém transforma a idéia da universidade, que deveria ser una e indivisa, num sistema universitário que se distribui por diversos "campi", sendo um só para cada município. (...) E os 17 institutos integrados previstos no Memorial se transformaram, pela divisão e subdivisão das unidades existentes, em 21 institutos no "campus" de São Paulo, 3 no de Piracicaba, 2 no de Ribeirão Preto, 3 no de São Carlos e 2 no de Bauru, somando ao todo 31 institutos. Não é este, sem dúvida, o sentido e o espírito da reforma universitária prevista na Lei nº 5.540, de 28/11/68 e no Decreto-Lei nº 464, de 11/02/69".⁽²⁰⁾ Esta legislação, segundo Laerte

(20) GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Acta, Ano 7, n.14, 1970, p.264-5. Roque S. M. de Barros explica da seguinte forma a posição da Comissão Especial de reforma da USP e sua divergência com Laerte Ramos de Carvalho a respeito da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras: "Nós tivemos posições divergentes no caso. (...) o Dr. Júlio Mesquita teve uma influência muito grande tanto sobre mim quanto sobre o Laerte. Eu acho que comigo teve uma influência mais jornalística (...) e ele foi meu mestre de ética jornalística; eu aprendi muita coisa com ele, como é que se procede dentro de um jornal ... Mas com o Laerte ele teve influência intelectual e até afetiva. Não sei se porque o Laerte perdeu o pai muito cedo, eu tenho a impressão que ele via no Júlio um pouco do pai. Então a ligação afetiva era muito grande, e como o Dr. Júlio tinha criado a Faculdade de Filosofia, o Laerte nunca se afastou dessa concepção. (...) Para mim não é que uma coisa fosse melhor que a outra. É que eu achava que, do ponto de vista prático, a Faculdade de Filosofia era ingovernável, por causa das dimensões que ela havia assumido. Então era preciso separar para poder governar. E eu lhe dou um exemplo muito simples: as reuniões da Congregação da Faculdade de Filosofia, como os interesses eram extremamente distantes, nunca se concretizavam em primeira convocação. Realizavam-se sempre em terceira convocação, com qualquer número. (...) O pessoal só ia para as reuniões quando eram tratados assuntos do interesse de sua própria seção ou departamento. As decisões eram tomadas por meia dúzia em terceira convocação e, quando o pessoal não gostava das resoluções tomadas, vinham os gritos. Não era, portanto, um problema filosófico, mas administrativo. Tanto que esta posição foi depois defendida pelo Estado de S. Paulo, em editorial, quando o Dr. Júlio ainda estava vivo". (Depoimento prestado ao autor).

Ramos de Carvalho, constituiu um passo decisivo na direção da integração universitária. O ensino universitário volta a ser a regra geral conforme o artigo 2º da Lei 5.540: "O ensino superior, indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado".

Em artigo escrito na mesma época deste Parecer, publicado a 13 de julho de 1969, Laerte Ramos de Carvalho exalta a idéia original e audaciosa dos fundadores da USP, de instituir a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como principal fator de integração universitária, ao mesmo tempo em que critica a concepção da reforma de 1968-69 que, "multiplicando o número de departamentos dos institutos e das faculdades", fragmenta a estrutura universitária. Já no Parecer 43/69 mostra-se favorável à legislação federal da reforma de 1968-69, critica o anteprojeto de Estatutos da USP, e propõe a busca do equilíbrio entre o "saber pelo saber" e a formação profissional: "Convém lembrar que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras com a estruturação que abrange, com exceção das artes, a reunião de todas as áreas que configuram a totalidade do saber, numa unidade superior e fundamental do conhecimento, nunca conseguiu alcançar, apesar de possuir um único Diretor, um único Conselho Interdepartamental e uma única Congregação, a integração de seus diversos cursos que ali vivem separadamente sem nenhum inter-relacionamento. Será demasiado otimismo acreditar que, com a multiplicação dos institutos, este ideal de integração e de unidade possa agora ser atingido.

Parece-nos assim que se deve buscar primordialmente um equilíbrio adequado entre os objetivos do saber pelo saber que constituem a essência que melhor define a universidade, na sua finalidade última e mais elevada, e as necessidades peculiares da diversificada formação profissional. (...) Acreditamos que a integração universitária (...) não deve servir de pretexto para que nossas escolas profissionais percam a sua caracterização específica e até mesmo as suas tradicionais denominações.

Entendemos que o elemento básico da reformulação universitária reside na instauração dos cursos integrados, variados e flexíveis, o que impõe desde logo a revisão dos atuais currículos universitários. Além da fixação de princípios estatutários para a revisão de currículos parece-nos indispensável também a instituição de uma estrutura departamental realmente consistente. As disposições que a este respeito figuram no ante-projeto de estatuto são mínimas e praticamente irrelevantes. Exigências maiores para a sua constituição, preceitos claros que definam a natureza e o nível de suas atribuições, disposições que assegurem os interstícios da carreira docente dentro de sua estrutura, dotações orçamentárias apropriadas, tais nos parecem as condições mínimas para que os departamentos se transformem nos centros de gravitação da vida universitária. (...) A integração, no caso da Universidade de São Paulo, haverá de ser baseada numa forma de equilíbrio que preserve e consubstancie os ideais e valores que dela fizeram o centro pioneiro da renovação cultural brasileira".⁽²¹⁾

A declaração de voto acerca do catálogo de matérias para a parte diversificada de currículo do ensino de 2º grau (Processo nº 1.302/72) foi o último trabalho redigido por Laerte Ramos de Carvalho. Nela o educador expressa a opinião de que, com a promulgação da Lei 5.692, fomos lançados a um "inevitável processo kafkiano" e a tese central de sua crítica à profissionalização compulsória, que apresenta após uma interessante análise da evolução da dualidade ensino secundário-ensino profissional: "A predominância da parte especial no currículo da escola de 2º grau e o endereço profissionalizante desse nível escolar correspondem a um efetivo reclamo de nosso desenvolvimento social? Ninguém põe em dúvida o sentido livresco, divorciado da realidade dos fatos, que ainda hoje caracteriza a escola brasileira. O ensino que assim se desenvolve sem ocupar as mãos e sem transformar aptidões em habilitações não res-

(21) GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Acta, ano 7, n.14, 1970, p.268-70.

ponde a nenhuma necessidade vital do educando. Corrigir esta distorcida natureza do processo educativo constitui tarefa que se impõe imperiosamente. Mas daí não resulta que o único caminho, a única solução, seja a profissionalização compulsória. No lugar do ideal de uma escola que prepara para a vida pretendemos por agora - sinal dos tempos - o ideal de uma escola que prepara para uma profissão". (22)

Reações e desdobramentos posteriores, particularmente o Parecer CFE nº 76/75 e a Lei nº 7044/82, bem como a crise em que se viu mergulhado o ensino de 2º grau - que continua a desafiar os que se dedicam ao problema - evidenciaram a impropriedade da solução imposta pela Lei nº 5692/71, confirmando assim o acerto da crítica que Laerte Ramos de Carvalho fizera, num momento em que ainda predominavam os encômios entusiastas à nova reforma.

3. A PRESENÇA EDUCATIVA

No primeiro número de sua revista, publicado em 1975, a Faculdade de Educação inseriu uma homenagem ao professor Laerte Ramos de Carvalho, seu fundador e primeiro diretor. E é no texto daquela homenagem que vamos encontrar assinalada a característica que talvez tenha marcado mais profundamente grande número daqueles que conviveram com o educador paulista: "Em todas as atividades que exerceu, o Professor Laerte foi, sobretudo, um educador. Não simplesmente pelas aulas que ministrou ou pelas suas reflexões e escritos sobre educação, mas pela força educativa de sua presença. Um dia, ainda muito jovem, num discurso como orador de turma, ele disse - 'o trabalho é o imediato exercício da personalidade.' Sua vida foi uma prova disso. Ele amou o seu trabalho e o desempenhou apaixonadamente até o fim. E pôs nele duas marcas nítidas de

(22) GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Acta, ano 9, n.33, 1972, p.34.

sua personalidade: o ceticismo natural dos espíritos amadurecidos e otimismo renitente dos que lutam por uma crença". (23)

A "força educativa de sua presença" permeou todas as atividades que desempenhou: como professor e orientador, como pesquisador e administrador. Acima dos resultados palpáveis de sua produção, que como vimos foi extremamente significativa, sobrepôs-se a marca indelével de sua presença humana. É exatamente esta presença educativa ininterrupta que o torna um educador, um mestre, e que o distingue em meio a tantos outros que exerceram as mesmas funções.

Iniciemos a caracterização de sua presença educativa dirigindo nossa atenção à sua atuação como professor. Atuação que não se limitava à sala de aula, nem à transmissão fria e neutra dos conteúdos programáticos. Vejamos a respeito o depoimento de Roque S. M. de Barros, que foi aluno de Laerte Ramos de Carvalho no colegial e também na Faculdade de Filosofia: "Eu era aluno do Colégio Paulistano em 1944, e estudava no período da manhã. Tinha um professor de Filosofia, creio que alemão, que não era especialista em assuntos filosóficos. Então, como eu me interessava exatamente por Filosofia, e queria estudar Filosofia, e achava insatisfatório o professor, embora muito boa pessoa, e vendo cadernos de outros colegas que eram alunos do Prof. Laerte, no curso noturno, em grande parte me transferi para o noturno para ter um professor de Filosofia que me satisfizesse. (...) Sem dúvida alguma foi o professor que eu estava procurando, inclusive para me abrir os caminhos necessários para entrar para a Faculdade de Filosofia. Eu queria formar uma base e isso, graças ao incentivo e à orientação do Prof. Laerte, eu tive. (...) Quando eu entrei na Faculdade, eu não comeci a descobrir alguma coisa, eu fui dar continuidade a um trabalho que vinha do tempo do colégio. (...) Ao mesmo tempo nós ficamos extremamente amigos. Aliás ele

(23)REVISTA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO. Universidade de São Paulo. São Paulo: v.1, n.1, 1975, p.5.

era amigo, muito amigo, da classe toda. (...) Todos nós tínhamos uma amizade muito grande por ele. Inclusive, nesse primeiro ano, em 44, ele era solteiro ainda. Então, às vezes, nós fazíamos um pouco de boêmia juntos. Saíamos do colégio, fazíamos andar meio a toa, às vezes parávamos para comer uma pizza, tomar um vinho, bater um papo. Isso ia até a madrugada e desde esse tempo nós estabelecemos uma grande amizade. (...) No colégio ele era um professor meio *sui generis*. Naquele tempo da Reforma Capanema havia um programa de Filosofia inteiramente inviável (...) que incluía Psicologia, Lógica, Ética, Estética, Metafísica, História da Filosofia e Filosofia no Brasil. Tudo em dois anos no Clássico e em um ano no Científico. Era evidente que nenhum professor podia dar isso. Com o Prof. Laerte eu tive aula de Psicologia e Lógica, no 2º ano, e História da Filosofia no 3º ano. Obviamente o programa nunca chegava até o fim Mas o mais interessante, geralmente, eram as questões que surgiam, que muitas vezes nada tinham a ver com a História da Filosofia antiga ou medieval. Eu me lembro, por exemplo, do encantamento que teve a turma toda quando descobriu com ele "A decadência do Ocidente" de Spengler. (...) Também na Faculdade, entre todos os professores que tivemos, certamente foi o Laerte aquele que mais impressionou a todos. (...) Era aquele que se destacava mais, era brilhante, e trazia alguma coisa de entusiasmo, atraindo o pessoal". (24)

É a professora Maria de Lourdes Mariotto Haidar que nos fala da presença educativa do Prof. Laerte na orientação de trabalhos acadêmicos: "Uma das coisas interessantes era a forma pela qual o Laerte fazia a orientação dos trabalhos. Havia um grupo muito grande de orientandos do Laerte - o Villalobos, o Jorge Nagle, o Heládio Antunha, o Casimiro dos Reis Filho, o Rivadávia, e muitos outros. Eu me lembro que a gente fazia umas reuniões em que cada um expunha seus planos, seus trabalhos. Posso julgar a forma de orientação do Laerte pela minha tese. O Laerte orientava muito mais pelo que ele era, pelo

(24) BARROS, R. S. M. de. Depoimento prestado ao autor.

que ele fazia. Você estava na Faculdade de Educação e era raro o dia em que você não chegava até a Diretoria, sentava e conversava com ele sobre leituras, sobre problemas da Universidade, etc. Então esse convívio com o Laerte é que realmente era, no meu caso pelo menos, a orientação. Eram mais os contatos e a confiança que ele transmitia, dando a você a sensação de que era capaz de fazer. Às vezes eu ficava insegura, porque a gente gostava de ouvir a opinião do orientador. (...) Outra coisa muito interessante no Laerte era a sua participação na defesa de teses. Como em geral ele era o orientador, ele falava no final. Aí ele fazia considerações as mais amplas sobre a História da Educação, sobre a Filosofia da Educação, em geral brilhantes, longas. Era assim a parte mais esperada da defesa de teses e, evidentemente, o candidato não tinha nem o que responder. Pois o Laerte tomava algum tema do trabalho e discorria sobre o mesmo, lançava idéias, levantava hipóteses, construía explicações. Enfim, era um fascínio sua exposição e ele gostava de saber qual o resultado. Perguntava: "Como é? Fui bem?". Quando ele não era orientador a coisa ficava ainda mais difícil, porque ele falava sobre o assunto, expunha as suas idéias, e o candidato ficava em dificuldades para responder à arguição, porque não se tratava realmente de uma arguição, em que você pega e discorda de alguns pontos, formula questões, etc. Ele nunca fez um tipo de arguição assim, ponto a ponto. Ele sempre pegava a idéia geral, a idéia básica, apresentava outra hipótese explicativa, ia além, deixava as idéias correrem. Era realmente fascinante mas não era, evidentemente, o examinador que as pessoas gostariam de ter. (...) No Conselho Estadual de Educação parece que ele fazia também esse tipo de intervenção. Ele não era do dia-a-dia, da rotina. Ele gostava das grandes teses". (25)

Quando analisamos seus estudos filosóficos e históricos, no primeiro artigo desta série, já tivemos oportunidade de mencionar o rigor metodológico e a riqueza e profundidade das pesquisas realizados por Laerte Ramos de Carvalho. Foi ao Ceará e a Portugal. Buscou as fontes e as raízes das formulações teóricas e das propostas de ação educacional das épocas estuda-

(25) HAIDAR, M. de L. M. Depoimento prestado ao autor.

das. Preocupou-se sobretudo por temas brasileiros, fiel, como já assinalamos diversas vezes, ao compromisso assumido no início de sua atividade profissional. E sua contribuição como intelectual foi de fundamental importância. Voltemos novamente a Roque S. M. de Barros, que também nos dá seu ponto de vista a respeito do assunto: "A História das Idéias no Brasil era feita normalmente, pelo que nós sabemos, com o propósito de avaliar por assim dizer os autores, classificá-los, dizer se eles eram bons ou maus. Por exemplo, é o que faz Sílvio Romero: há uma porção de autores que não eram nem positivistas nem partidários do cientismo, e desses o Sílvio Romero fala mal. Os outros já são valorizados, para chegar finalmente à figura de Tobias Barreto, que aparece como o grande figurante da História das Idéias no Brasil. (...) Ora, o Laerte introduziu uma nova metodologia e uma nova visão em matéria de tratamento da História das Idéias. Em primeiro lugar, ele procurou tanto quanto possível ver essas idéias na sua coerência e na sua conexão internas, naturalmente sem desligá-las do ambiente e do local em que elas haviam aparecido. Em segundo lugar, ao invés de partir para uma valorização deste ou daquele pensador, a preocupação fundamental dele foi a de compreensão desses autores. (...) Procurou compreender o pensador dentro da sua situação, do seu tempo, da sua história. Em terceiro lugar, ele acrescentou uma coisa que me parece essencial: foi a preocupação em determinar com precisão as fontes utilizadas por nossos pensadores". (26)

Além de ser educador pelo exemplo de pesquisa séria e inovadora, Laerte Ramos de Carvalho estimulou diretamente muitos pesquisadores a investigarem a fundo nossa realidade educacional, não só sua história, mas também os acontecimentos do momento. A este respeito numerosos testemunhos poderiam ser citados. Bastam-nos, entretanto, as referências feitas pelo professor Celso de Rui Biesiegel: "Nesse mesmo ano (1963), o professor Laerte Ramos de Carvalho, então diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE) de São Paulo, possibilitou-me visitar o município de Angicos, no Rio Grande do

(26) BARROS, R. S. M. de. Depoimento ao autor.

Norte, e manter contatos com funcionários e estudantes responsáveis pela condução de uma dentre as primeiras experiências de alfabetização de adultos mediante o método "Paulo Freire". (...) Sou particularmente grato ao professor Laerte Ramos de Carvalho pelo estímulo e pelas condições de trabalho intelectual que encontrei no CRPE e na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo". (27)

Particularmente em relação às atividades administrativas, "antes que completasse cinqüenta anos, Laerte Ramos de Carvalho foi Diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, Reitor da Universidade de Brasília e Diretor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, (...). Todavia não transitou pelos cargos e funções na quietude cômoda dos que amam o usufruto de privilégios eventuais. Sua atuação foi sempre polêmica e muitas vezes polemizada, mas nunca tibia e timorata". (28)

O professor José Mário Pires Azanha trabalhou com Laerte Ramos de Carvalho no CRPE. E os esclarecimentos que nos presta são de fundamental importância: "O CRPE era quase que um primo pobre da Faculdade de Filosofia. A impressão que se

(27) BEISIEGEL, C. de Rui. *Estado e educação popular*. São Paulo: Pioneira, 1974, p.XI e XIII. Em sua tese de livre-docência Celso de Rui Beisiegel volta a mencionar ao estímulo recebido do professor Laerte: "Em julho desse mesmo ano (1963) o prof. Laerte Ramos de Carvalho, diretor do CRPE, incentivou-me a viajar para o Estado do Rio Grande do Norte, em companhia de alguns outros colegas da instituição, a fim de obtermos informações sobre a campanha de alfabetização que aí se desenvolvia sob a supervisão direta de Paulo Freire. (...) Os anos foram passando e somente agora creio estar atendendo aos compromissos então assumidos com o saudoso mestre e amigo Laerte Ramos de Carvalho e com os companheiros de aventuras na prática da educação popular". (Idem. *Política e educação popular*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, 1981, p.4 e 6.

(28) REVISTA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO: op. cit., p.6. Laerte Ramos de Carvalho tinha, no entender de Roque Spencer Maciel de Barros, uma vocação eminentemente política: "Acontece que havia no Laerte uma dupla vocação. Ele, ao mesmo tempo em que era um intelectual, era um político. Um indivíduo em quem a vontade de poder fazia cócegas. Então, muito cedo ele se desviou em grande parte da atividade puramente intelectual para a atividade de política universitária. (...) A partir do momento em que ele assumiu a direção do CRPE, essa dimensão política que havia em sua personalidade, em grande parte, superou a outra dimensão. Daí por diante ele não deixou de ser um político universitário até o fim de sua vida". (BARROS, R. S. M. de. Depoimento ao autor).

tinha em termos da programação das pesquisas, das conversas que havia, das perspectivas de trabalho, e até pela figura do Fernando de Azevedo, que de vez em quando circulava pelo CRPE, era a de que aqueles que não haviam conseguido um lugar ao sol dentro da própria Faculdade de Filosofia tinham um subúrbio de uma atividade acadêmica no CRPE. A coisa foi de tal modo diminuindo e empobrecendo que, na maior parte, os pesquisadores que estavam aqui na época foram saindo. Eu fui um dos últimos a sair. Eu saí em 1961. Mas não fiquei nem um ano fora. Voltei ao CRPE quando, com a saída de Fernando de Azevedo e após um breve período em que a direção foi exercida pelo Dr. Milton, o professor Laerte assumiu a direção. E a impressão que a gente tinha sobre o professor Laerte era de alguém distante, completamente avesso às atividades administrativas. Mas eu acho que a experiência dele no CRPE foi absolutamente excepcional, no sentido de ter feito tudo aquilo que eu acho que um bom administrador deve fazer. Ele aumentou tremendamente as possibilidades de trabalho, de perspectivas de atuação da instituição; colocou o relacionamento Faculdade - CRPE em outros termos. Ao invés de ser um subúrbio da Faculdade de Filosofia, para onde vinham aqueles que não tinham conseguido um lugar na Faculdade, ele transformou as atividades de pesquisa do Centro em oportunidades de trabalho acadêmico, ele conseguiu casar essas duas coisas. O trabalho acadêmico, quase sempre desenvolvido pelos assistentes dele e o trabalho do Centro muito mais voltado para uma atuação prática, colocado em função de necessidades da Secretaria da Educação, da rede de escolas. (...) Eu acho que no CRPE ele se revelou excepcional, não apenas na parte de pesquisa propriamente, mas em termos até de um tipo de atuação inédito no país, que se manteve como um esquema solidário enquanto durou. Foi o seguinte: no final do governo Carvalho Pinto, tendo a situação perdido a eleição, a Secretaria da Educação, talvez por essa mesma razão, abriu mão de uma substancial verba federal que seria distribuída no finalzinho do governo, em fins de 1962. São Paulo abriu mão desses recursos e os ofereceu para os estados do Norte e Nordeste. Então, a partir desses recursos, conseguiu-se uma comissão de professores, alguns da Secretaria da Educação e o Prof. Heládio pelo CRPE, e

organizou-se um curso de atualização pedagógica, nas diversas disciplinas e áreas de ensino primário. Os que frequentaram o curso, depois de dois meses de treinamento, foram distribuídos em equipes pelos estados do Norte e Nordeste, para realizar um trabalho de assessoria e de orientação pedagógica. Por circunstâncias casuais eu acabei sendo o coordenador desse programa, que deveria ter a vigência de um ano. Mas, ao longo do seu desenvolvimento, o professor Laerte foi capaz de se dar conta que o programa poderia vir a se constituir numa modalidade de assistência técnica como nunca tinha havido no país, uma modalidade de assistência técnica permanente, bem dentro das atribuições do poder federal em matéria de educação. Antes a assistência técnica sempre se limitara à oferta de cursos ou a viagens rápidas de especialistas, muito mais de turismo que de outra coisa. Esse programa, que mais tarde recebeu o nome de Programa de Assistência Técnica em Educação (PATE) continuou em 1964, já então com verbas do próprio INEP. O programa foi reformulado, não mais em termos de uma oferta de orientação pedagógica, que na maior parte das vezes os estados nem precisavam, mas em termos de solicitações dos próprios estados. Essas solicitações eram recebidas, analisadas, e organizavam-se as equipes que voltavam aos estados. Esse programa durou com certeza até 1967. E foi uma das atuações mais significativas do antigo CRPE, porque se conseguiu pela primeira vez organizar realmente um trabalho de assistência técnica dos órgãos federais às unidades da federação. O desenvolvimento desse programa dependeu demais do professor Laerte, principalmente na defesa de sua continuidade e na luta pela liberação das verbas necessárias que, com a mudança de governo, foram bloqueadas. Esse programa é bem um exemplo das qualidades de administrador de ampla visão que possuía o professor Laerte". (29)

Outra característica importante de Laerte Ramos de Carvalho como administrador, tanto no Centro Regional de Pesquisas Educacionais quanto na Faculdade de Educação da USP, era a maneira aberta e construtiva como ele se relacionava com as

(29) AZANHA, José M. P. Depoimento prestado ao autor.

pessoas e de modo especial com os funcionários. Neste aspecto também são numerosos os depoimentos que poderiam ser citados. O próprio professor José Mário Pires Azanha refere-se a esta característica: "Ele era uma pessoa extremamente cordial e humana no relacionamento. E isto, na posição em que ele se encontrava de diretor do CRPE, tornava-o uma pessoa permanentemente assediada por funcionários dos mais diversos níveis e categorias, ou fazendo reivindicações de mudança de posição, ou de aumento de vencimentos, ou, ainda, conversando sobre perspectivas de trabalho".⁽³⁰⁾

Quem também nos fala do aspecto humano em Laerte Ramos de Carvalho é o Prof. Chicralla Haidar, na época diretor do Serviço Audiovisual e posteriormente diretor geral do CRPE: "Além da inteligência e da cultura, que me fascinavam nele, havia o aspecto humano. Ele era realmente um indivíduo fora de série. Como diretor do CRPE ele tratava o mais humilde dos funcionários como amigo. Havia uma ligação muito fraterna dele com todos os funcionários do Centro. Outro aspecto também fascinante na personalidade do Laerte era a admiração que ele tinha pelas pessoas cultas e inteligentes. Quando ele descobria um sujeito inteligente e culto, que pudesse vir a trabalhar com ele, ele passava dias e dias só falando nisso. Ele jamais teve receio de ser obscurecido por alguém e ele lutava mesmo para trazer as pessoas que julgava as mais competentes, as mais cultas, para trabalhar com ele".⁽³¹⁾

Roque S. M. de Barros também concorda com esta característica do professor Laerte. Mas acha que ele exagerava um pouco: "Ele era um estimulador de talentos. Descobria, queria trazer para a Faculdade, estimulava. E às vezes até um talento pequenino, que ele aumentava. Isso vai por conta daquela humanidade do Laerte, de chegar no indivíduo, descobrir algu-

(30) *idem*, *ibidem*.

(31) HAIDAR, Chicralla. Depoimento prestado ao autor. A propósito desta procura de talentos, Maria de Lourdes Mariotto Haidar conta um episódio que acompanhou: "Eu estava na FEUSP quando o Laerte chegou com o currículo do Balthazar. Ele estava entusiasmadíssimo. (...) Ele não falava de outra coisa e ele não descansou enquanto não trouxe o Balthazar para a Faculdade de Educação. (Depoimento ao autor).

ma coisa e incentivá-lo". (32)

(32) BARROS, R. S. M. de. Depoimento ao autor. Continua Roque S. M. de Barros afirmando que "isso é um traço do Laerte já mais maduro, porque o Laerte juvenil, que eu conheci, era bem ao contrário, para ele todo mundo era besta. Mas isso era coisa bem de adolescente". (Idem, ibidem). Talvez um episódio pitoresco contado por Maria de Lourdes Mariotto Haidar contribua para esclarecer aquilo que Roque S. M. de Barros considerava um certo exagero: "Dona Herta era uma senhora alemã que havia escrito um livro chamado "Filosofia da patavina". Eu não cheguei a ler o livro porque só o Laerte mesmo é que tinha resistência para aguentar aquilo. Mas ela tinha lido todos os filósofos, principalmente os alemães. Como Kant, tinha lido Spinoza, Descartes. Enfim ela citava eles todos e escrevia algo absurdo mas que tinha, nem sei dizer se aquilo tinha nexos, mas estava tudo conectado num livro bastante grosso. Era uma senhora extremamente humilde, que ia lá de chinelos, carregando uma cesta de feira, e que morava num sítio da periferia de São Paulo. Ela entrou em contato com o Laerte e ele ficou admirado de ver como uma pessoa tão humilde, tão simples, tinha se dedicado à leitura de tantos filósofos. Ela então pediu para ele prefaciá-lo o livro. E o Laerte prefaciou. Olha que é preciso ter muita coragem e muita confiança em si para prefaciá-lo um livro assim. E ele, nesse prefácio, fala com muito tato, fazendo com que as pessoas eruditas que conheciam filosofia compreendessem porque ele estava fazendo aquele prefácio, mas sem tornar constrangedor para a autora aquilo que ele dizia. (...) Eu tenho a impressão que qualquer intelectual da USP nunca faria aquilo, mas ele fez e ele dizia que era exatamente porque respeitava o esforço dessa senhora. Mas não ficou só nisso. Dona Herta pediu para o Laerte para fazer uma apresentação pública do seu livro. E o Laerte preparou tudo no auditório. E no dia ela perguntava: "Vem a televisão?" E ele: "Não sei, nós convidamos, mas sabe como são essas coisas." E o tal filósofo?" E ele: "Foi convidado." Aí ele convidou todos os bolsistas do CRPE, que eram latino-americanos, os funcionários, o pessoal da limpeza, todo mundo. Pediu para a gente sentar na frente e não rir, de forma alguma. À noite, na hora marcada, o Laerte estava todo pomposo, com uma capa muito bonita que ele tinha. Alguém ofereceu flores para Dona Herta. Aí ela começou sua exposição. Eu estava preparada para tudo. Mas não pude aguentar quando ela apresentou um encanador que falava sobre o livro. Mas o Laerte não fez aquilo com o objetivo de se divertir. Muito pelo contrário, ele queria dar a ela realmente essa satisfação. Foi uma coisa que me impressionou profundamente, que me serviu até de lição, em termo de respeito humano". (Depoimento ao autor). Já Roque S. M. de Barros não compareceu e protestou: "Eu digo que chegava ao exagero porque eu, por exemplo, protestei violentamente, não fui à conferência e achei que não se devia abrir espaço nenhum para a criatura, porque eu acho que por mais humano que se seja se deve cortar essas coisas. Ele tinha isso com os funcionários também, tinha uma atitude frequentemente paternalista. Os funcionários adoravam o Laerte. Eu não sei de nenhum funcionário que não gostasse do Laerte. Inclusive o pessoal docente da Faculdade. Ele tomava seus casos como se fossem casos dele mesmo. E procurava resolver os problemas de todo mundo. (...) Agora, tirando essa parte humana, como administrador ele era um indivíduo que tinha muita visão de ordem política. De uma parte a política da Universidade e de outra parte tinha uma visão ambiciosa do que devia ser a Faculdade de Educação. Inclusive ele sonhava com a Faculdade de Educação se projetando nacionalmente, entrando em relação com outras instituições, procurando ao máximo possível - ele gostava muito da expressão, aliás - impedir que isto aqui se tornasse uma paróquia. Que fosse alguma coisa realmente aberta. E eu tenho a impressão que não é só a Faculdade de Educação. Outras unidades da USP têm também um pouco esta vocação paroquial, de se fechar". (Depoimento do autor).

Um último aspecto merece ser destacado em relação à presença humana educativa de Laerte Ramos de Carvalho. Ele sempre conviveu com indivíduos que divergiam política e ideologicamente, respeitando suas convicções e com eles trabalhando de forma construtiva. Sobre o assunto depõe a professora Maria de Lourdes Mariotto Haidar: "Eu queria ressaltar também este aspecto do interesse do Laerte em trazer pessoas que ele julgava capazes, independentemente de suas posições políticas que, naquela época, eram muito consideradas na Universidade, por alguns setores da Universidade. Mas o Laerte não se preocupava. Então, embora ele tivesse as próprias posições políticas, nunca levou em conta as posições deste ou daquele que ele quisesse trazer para a Faculdade de Educação. E ele tinha no Departamento pessoas com idéias diferentes das dele, mas que ele respeitava, admitia e entendia que deviam conviver". (33)

O professor José Mário Pires Azanha também se manifesta no mesmo sentido: "Sobre isso não houve problemas, não obstante eu tivesse saído da Secretaria da Educação, em 1970, incurso em processos administrativos e políticos, bombardeado inclusive pela imprensa, que publicava em manchete: "Quadrilha subversiva na Secretaria". E não obstante as posições políticas claras do professor Laerte, nunca senti da parte dele a menor restrição, o menor embaraço. Até pelo contrário, pois logo que eu saí da Secretaria da Educação (...) o meu contrato foi renovado na Faculdade de Educação. ...) Mas ainda antes, quando em 64 houve a Revolução, em alguns estados como o Piauí, por exemplo, nossas equipes encontraram dificuldades, alguns participantes até foram presos. O professor Laerte, nesses casos, fez uma intervenção pessoal, tentou uma intervenção pessoal para evitar que esse pessoal ficasse preso. Então a nossa experiência aqui, em termos das posições políticas dele, não foi

(33)HAIDAR, Maria de L. M. Depoimento ao autor.

nesse sentido que parece que as coisas aconteceram em Brasília. Pelo contrário, aqueles que aqui trabalhavam e que tinham posições políticas radicais e conhecidas, que eu saiba, nunca sofreram por parte dele alguma pressão ou perseguição". (34)

Evidentemente, pela importância que teve em momentos decisivos de nossa história, em particular no campo educacional, Laerte Ramos de Carvalho merece um estudo crítico cuidadoso e profundo, na perspectiva em que o conhecimento do passado é compreendido como condição indispensável à construção do futuro. Em especial, quando se discute uma nova Lei de Diretrizes e Bases, seus escritos e sua atuação parecem oferecer-nos uma contribuição fundamental, no sentido de procurarmos evitar os erros e desvios que acompanharam, sem exceção, todas as numerosas reformas educacionais que sofreu o ensino brasileiro, principalmente no que diz respeito ao distanciamento em relação à realidade histórica, e que ameaçam contaminar o projeto atualmente em discussão, também acometido pelos modismos do momento. Os elementos aqui apenas indicados, com as contradições que sugerem, constituem nada mais que um ponto de partida, um indício de pistas a desafiar a argúcia e o interesse público dos pesquisadores.

(34) AZANHA, José Mário P. Depoimento ao autor.

ABSTRACT: *Complementing two previous articles which dealt with the philosophical and historical writings and the concept of education of Laerte Ramos de Carvalho, first director of the Faculty of Education of USP, this article deals with his action as rector of the University of Brasília, as a member of the State Board of Education of São Paulo, and as chief administrator and professor of the Prof. Queiroz Filho Regional Center of Educational Research and of FEUSP itself. Given its polemical nature and the critical period during which it took place, this action deserves a more profound investigation than it was possible to present within the limits of time and space of this, that can be considered only a first step, in which documents and statements are reproduced more than critically discussed. (M. A. C. C.).*

KEY-WORDS: *History of education - Brazil. Educator - Laerte Ramos de Carvalho. Administrative performance. Educational presence. (M. A. C. C.)*

(Recebido para publicação em 31.05.90 e liberado em fevereiro de 1991).